



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO**

DECRETO Nº 11.680, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO.

O Prefeito de Itajaí, no uso das atribuições conferidas no art. 47, inciso VII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 3.148, de 20 de dezembro de 1996, e considerando o teor do processo administrativo nº 2320022/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno Conselho Municipal de turismo, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 9.307, de 11 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 22 de agosto de 2019.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito Municipal

GASPAR LAUS

Procurador-Geral do Município

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

CAPÍTULO I

DAS FINALIDADES DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 3.148, de 20 de dezembro de 1996, tem como finalidade planejar e coordenar as ações voltadas à



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

formulação da política municipal de turismo no Município de Itajaí, reger-se-á pelas disposições do presente Regimento.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo será constituído por um representante titular e um suplente, indicados pelas seguintes entidades/órgãos previstas na lei de criação do COMTUR.

§ 1º O Conselho Municipal de Turismo, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, poderá sugerir a alteração de sua composição ao Chefe do Poder Executivo que, aquiescendo, providenciará a respectiva modificação através de proposição legislativa.

§ 2º Deverá ser respeitada a proporcionalidade de representação do Governo e Sociedade Civil na composição do Conselho Municipal de Turismo.

§ 3º O mandato dos membros do conselho será de dois anos, admitida a sua recondução.

Art. 3º Em caso de vacância, independentemente de solicitação, as entidades indicarão seus representantes, para suprir a vaga no prazo de trinta (30) dias.

Art. 4º Os representantes das entidades não governamentais não poderão valer-se das diárias fornecidas pela Administração Municipal.

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 5º Compete ao Presidente do Conselho:

- I - convocar com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência as reuniões, e presidir as mesmas;
- II - representar o Conselho sempre que for necessário;
- III - coordenar as atividades, inclusive as das Câmaras Técnicas, quando estas forem constituídas;
- IV - acatar a execução das resoluções e deliberações emanadas do COMTUR;
- V - assinar documentos do Conselho, bem como as Atas que forem lavradas, estas, juntamente, com o Secretário e com os demais membros;
- VI - deliberar através do voto de minerva, quando das votações houver empate;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

VII - indicar um membro do conselho para substituir o Secretário Executivo em caso de sua eventual ausência.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 6º Compete ao Vice-Presidente colaborar com o Conselho e com o Presidente, substituindo-o em suas faltas temporárias e impedimentos, cumprindo as obrigações do mesmo.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 7º Compete ao Secretário Executivo:

I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos Conselheiros e outras providências;

II - organizar a pauta dos trabalhos para cada sessão;

III - representar o Conselho na falta ou ausência temporária do Presidente e do Vice-Presidente;

IV - distribuir, mediante determinação do Presidente, para estudo e relato dos membros do Conselho, os assuntos submetidos à deliberação do órgão;

V - redigir as atas das reuniões;

VI - assinar as atas das reuniões, juntamente com os demais membros;

VII - receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrá-lo e tomar todas as providências necessárias ao seu andamento;

VIII – O Secretário Executivo não terá direito a voto nas decisões do COMTUR.

Parágrafo Único. Na ausência do Presidente e seu vice, o Secretário Executivo, no âmbito de suas competências, designará um membro do Conselho para prestar serviços burocráticos e estar à frente de todo o expediente.

SEÇÃO IV

DA COMPETÊNCIA DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 8º Compete aos membros do Conselho:

I - comparecer às reuniões do Conselho;

II - estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos, emitindo parecer;



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

- III - colaborar com a Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, com a finalidade de incentivar e promover o turismo no Município;
- IV- participar das discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres e resoluções;
- V - assinar juntamente com o Presidente e o Secretário Executivo, as atas, resoluções e pareceres;
- VI - colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- VII - desempenhar os encargos que lhes forem distribuídos pelo Presidente;
- VIII - comunicar por escrito com antecedência de vinte e quatro horas ao Presidente quando tiverem que se ausentar do Município ou não puderem comparecer às reuniões para as quais forem convocados, indicando o seu suplente;
- IX - cumprir as determinações do presente Regimento.

CAPÍTULO III

DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 9º O Conselho Municipal de Turismo poderá constituir Câmaras Técnicas (temporárias ou permanentes) para estudos e trabalhos especiais, relacionados à sua competência.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão constituídas por membros do conselho, designados pelo Presidente, de acordo com seu perfil técnico e atuação nos assuntos de interesse do turismo municipal.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Turismo observará o princípio de rodízio e, sempre que possível, conciliará a matéria em estudo com a formação dos membros da comissão.

§ 3º As Câmaras Técnicas terão seus respectivos coordenadores e relatores, designados pelo Conselho Municipal de Turismo.

§ 4º As Câmaras Técnicas estabelecerão seu programa de trabalho, cujo resultado será apreciado pelo Conselho Municipal de Turismo.

§ 5º As Câmaras Técnicas funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições estabelecidas pelo Conselho Municipal de Turismo, além das disposições deste Regimento.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

§ 6º As Câmaras Técnicas de temáticas temporárias serão extintas, uma vez aprovado pelo plenário, o relatório dos trabalhos apresentados.

§ 7º As atividades das Câmaras compreenderão discussão e serviços setoriais de apoio pleno ao funcionamento do Conselho, a quem compete aprovar ou não as propostas por elas encaminhadas.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 10. As reuniões ordinárias do COMTUR serão mensais, tendo um cronograma anual previamente definido, estabelecendo dias e horários, com pauta antecipada dos temas que serão tratados.

Art. 11. As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros, os quais deliberarão por maioria, conferindo-se ao presidente, além do voto comum, também o de qualidade.

§ 1º As votações serão sempre nominais.

§ 2º Dependendo da matéria em debate, poderão ser convidados às reuniões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados ou qualquer Secretário Municipal, sem direito ao voto.

CAPÍTULO V

DA ORDEM E DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

SEÇÃO I

DA ORDEM

Art. 12. Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho pela ordem cronológica das respectivas entradas.

§ 1º No caso da matéria urgente ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério da mesa diretora do Conselho, entrar imediatamente em discussão, ainda que não inclusa na ordem do dia.

§ 2º Os assuntos serão distribuídos aos membros do Conselho, inclusive ao Presidente, obedecendo-se sempre que possível a especialidade do relator em relação a matéria em estudo, quando tratar-se dos trabalhos de uma Câmara Técnica.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

§ 3º A ordem dos trabalhos a ser observada nas reuniões do Conselho será a seguinte:

- I - verificação da presença e existência de "quorum";
- II - leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior;
- III - distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados;
- IV - deliberações e resoluções da ordem do dia.

SEÇÃO II

DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 13. O relator da Câmara Técnica em discussão emitirá parecer por escrito, contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática ou doutrinária que entender cabíveis e sua conclusão ou voto.

Parágrafo Único. O relator poderá solicitar, a qualquer tempo, o encaminhamento do assunto em estudo, a qualquer órgão da administração municipal cuja informação julgue necessária à elucidação da matéria que lhe for distribuída, bem como o comparecimento de

quaisquer pessoas às reuniões, além de outras providências que julgar necessária.

Art. 14. Na hipótese de ser rejeitado o parecer proferido por qualquer membro, o Presidente designará novo relator ou constituirá nova Câmara Técnica para estudo da matéria.

Art. 15. A ordem do dia será organizada com os assuntos apresentados para discussão acompanhados dos respectivos pareceres.

Art. 16. Após a leitura do parecer das Câmaras, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

§ 1º O período para discussão de cada matéria será previamente fixado pelo Presidente, cabendo a cada membro o mesmo espaço de tempo para debater os assuntos.

§ 2º Durante a discussão, os membros do Conselho poderão apresentar emendas ou substitutivos, opinar sobre relatórios apresentados pelas Câmaras Técnicas e propor providências para a instrução do assunto em debate.

Art. 17. As propostas durante a reunião deverão ser classificadas, a critério do presidente, em matéria de estudo ou de deliberação imediata.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 18. Quando a discussão, por qualquer motivo, não for encerrada em uma reunião, ficará adiada para a reunião seguinte.

Art. 19. Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo, tendo ou não a constituição de uma Câmara Técnica, será submetida à deliberação do plenário, juntamente com as emendas ou substitutivos que forem apresentados.

Art. 20. O voto do relator ou de qualquer membro do Conselho poderá ser dado por escrito ou oralmente, devendo, nesta última hipótese, ser reduzido a termo.

Art. 21. As decisões do Conselho denominar-se-ão "deliberação", conforme a matéria seja submetida a sua apreciação ou decorra de sua própria iniciativa.

§ 1º As deliberações de que trata o caput serão redigidas e assinadas pelos relatores, e deverão ser apresentadas à Secretaria do Conselho até 10 (dez) dias após a respectiva aprovação pelo plenário.

§ 2º Em casos especiais, poderão as deliberações do Conselho ser lavradas e assinadas na própria reunião.

§ 3º As deliberações e resoluções, depois de assinadas, serão encaminhadas a quem de direito.

CAPÍTULO VI

DAS ATAS

Art. 22. As atas serão lavradas e assinadas devendo resumir com clareza os fatos relevantes ocorridos durante as sessões, contendo obrigatoriamente:

I - dia, mês, ano e hora da abertura e encerramento da sessão;

II - nome do Presidente ou de seu substituto legal;

III - nomes dos membros presentes, bem como eventuais convidados;

IV - nomes dos membros ausentes;

V - registro dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados, das deliberações e das resoluções emitidas, mencionando-se sempre a natureza dos estudos efetuados.

§ 1º Lida no começo de cada sessão, a ata da sessão anterior será discutida, retificada quando for o caso, submetida ao Conselho, assinada e o Presidente, ao encerrá-la, deve subscrevê-la com a data da aprovação.

§ 2º As atas serão registradas em livro próprio, cuja responsabilidade de guardá-lo é atribuída à Secretaria do Conselho.



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

CAPÍTULO VII

DAS SUBSTITUIÇÕES E PERDAS DE MANDATO

Art. 23. Os membros titulares e suplentes do Conselho estarão dispensados de comparecer às reuniões por ocasião de férias ou de licenças regularmente concedidas pelos respectivos órgãos, repartições ou empresas onde desenvolverem suas atividades.

Parágrafo Único. Na hipótese de que trata o caput, os membros do Conselho deverão comunicar com antecedência de 15 (quinze) dias, salvo o motivo urgente e devidamente justificado.

Art. 24. O presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos ocasionais, pelo Vice-Presidente e, em falta, pelo Secretário.

Art. 25. Em suas ausências, os membros do Conselho serão substituídos por seus suplentes.

Art. 26. Os membros do Conselho Municipal de Turismo perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

- I - faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas;
- II - incompatibilidade com o exercício do cargo por improbidade;
- III - o Presidente do Conselho deverá se afastar do cargo em caso de candidatura a cargos públicos eletivos ou em caso de nomeação de cargos comissionados.

§ 1º Na hipótese da entidade não se fazer mais presente ou não indicar novos membros substitutos a mesma será destituída mediante a proposição de alteração em lei com justificativa(s) baseadas nas hipóteses dos incisos previstos no caput.

§ 2º O Presidente do Conselho é a autoridade competente para declarar perda de mandato de qualquer membro, depois de apurada a infração ou falta grave, exigida deliberação do plenário para a hipótese descrita no inciso II do caput.

§ 3º Os membros de Câmaras Técnicas perderão o mandato pelos mesmos motivos estabelecidos aos membros do Conselho Municipal de Turismo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
COMTUR
CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 27. O Conselho Municipal de Turismo considerar-se-á constituído quando o Chefe do Poder Executivo proceder a nomeação dos seus membros mediante aprovação de decreto oficial.

Art. 28. O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer membro do Conselho, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros e homologado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 29. Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 30. O presente Regimento Interno foi devidamente aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 16 de julho de 2019 e só poderá ser alterado com a maioria absoluta dos membros do Conselho.